INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

UM ESTADO RACIONAL NA ECONOMIA É POSSÍVEL?

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

O que se pode entender como um Estado com racionalidade econômica? No século XXI essa condição encontra cada vez mais aceitação entre aqueles Estados e seus governos sendo condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, estímulos ao investimento produtivo dentro de um cenário de competitividade, da institucionalização da educação como fator de cidadania e de capacitação que permita o aumento da produtividade em toda a economia. E mais, com equilíbrio fiscal.

Tomando-se como estudo de caso o Brasil do final do século passado até o presente parece que há a intenção, mas não a convicção de que este é o caminho a ser trilhado. De hiperinflação e descontrole das contas públicas nos anos 1990 ao controle inflacionário e iniciativas de equilíbrio fiscal, o país deu marcha ré, nestes últimos anos, a partir de 2011, apresentando um gigantesco desequilíbrio fiscal, com cenário de incertezas política, econômica e social, e com o agravamento ético e moral.

Mesmo sendo de um governo interino, iniciado em 12 de maio de 2016, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, propõe um grupo de ações para conter a preocupante trajetória das contas públicas e reverter as expectativas negativas dos mercados, que deverá ser colocado em marcha confirmando-se a decisão do Senado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A primeira é a retomada consistente das concessões e privatizações, com a qual o governo espera arrecadar cerca de R$ 30 bilhões em 2017. A segunda, e mais polêmica, é a apresentação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que impõe um teto para despesa primária corrente dos poderes da União e órgãos federais com autonomia administrativa, limitando seu crescimento à inflação do ano anterior

pelo período de 20 anos (com revisão prevista na metade do período), que o governo pretende aprovar até o final do ano para vigência já em 2017. A terceira é reforma da Previdência Social. Todas elas convergem para o equilíbrio fiscal das contas públicas.

A situação fiscal alarmante é o resultado de 25 anos em que as despesas do governo crescem mais do que o PIB. Nesse período, a expansão real do gasto público primário (que exclui juros da União e transferências obrigatórias) deflacionado pelo IPCA foi de aproximadamente 6% ao ano, para um PIB que registrou crescimento anual médio de pouco menos de 3,5%.

E o que levou a esse quadro deficitário? O ex-ministro Delfim Neto responde com a seguinte frase: *"o gasto social não cabe no orçamento".* Pode-se acrescentar, além dos gastos sociais, o governo a partir de 2003, também aumentou os gastos em outras rubricas, é o que explica o economista Marcos Lisboa, segundo ele, há distorções demais: *"de universidades gratuitas para filhos de ricos a BNDES para empresários, entre tantos exemplos, é como se cada um dos beneficiados tivesse uma meia-entrada, que no final acaba virando entrada inteira".*

Trata-se de um sistema que tira da sociedade um volume elevado de impostos para equilibrar o orçamento, sendo muito distorcido, estimulando empresas a ficarem pequenas, por exemplo, deprimindo a produtividade. O Estado brasileiro hoje é um enorme peso sobre a economia privada, seja por absorver a poupança que deveria ser canalizada para investimentos privados, seja porque a administração pública tem produtividade mais baixa que o restante da economia.

Para o economista Samuel Pessoa, sem desarmar essa bomba o resultado será aumento da inflação, e acrescenta*: "se não fizermos algo nos próximos três anos, daqui a seis ela chegará a 40%".* E mais*: "que inflação como forma de gestão do conflito distributivo só é melhor que guerra civil".*

Marcos Mendes, chefe da assessoria Especial do Ministério da Fazenda, destaca nesse quadro de déficit fiscal a perda de receita tributária administrada pelo governo de cerca de cinco pontos percentuais (de 17,2% em 2006 para 12,4% na estimativa para 2017), graças a desonerações e regimes especiais.

Estudos do Banco Mundial indicam que é preciso uma combinação de regras para disciplinar o desempenho fiscal, o que vem sendo uma escolha comum entre vários países. Segundo o banco, em 2014, ao menos 20 países adotavam regras que envolviam o controle de despesas, entre eles, Espanha, Japão e França. Por essa ótica, no caso brasileiro o simples controle do déficit primário não tem se mostrado

adequado porque, no período do superciclo das *commodities,* foi possível cumprir as metas de déficit e ao mesmo tempo expandir a despesa, graças ao aumento da receita. No longo prazo isso foi insustentável, pois a receita caiu e a despesa tornou-se inflexível.

Isso demonstra que só o cumprimento do resultado primário não nos garante saúde fiscal de longo prazo, demandando o complemento previsto na PEC, e as demais ações propostas. Mas, o arranjo das regras fiscais – basicamente para controle de dívida pública, de déficit e despesas – depende das características institucionais de cada país. No caso brasileiro, em que temos uma sociedade muito desigual e instituições mais vulneráveis à pressão de grupos, a conjugação de perseguir resultado primário com meta de crescimento da despesa nominal colabora para disciplinar essas demandas, que se descontroladas acabam se convertendo em aumento de despesa generalizada.

Considere-se que na democracia para que se tenha um estado racional na economia, passa necessariamente pelo aval dos eleitores, o qual depende das demandas reais, do nível educacional, da conscientização política sem viés ideológico fundamentalista. Países em que estas condições não estão bem postas e os políticos apoiam-se no populismo, é impossível que o Estado tenha racionalidade econômica, o que fatalmente o levará para o desequilíbrio fiscal com suas consequências conhecidas, para que a sociedade novamente pague a conta através da perda do ritmo do desenvolvimento ou mesmo com recessão. O Brasil vive este momento.